

MAPA INFORMATIVO DO BAIRRO DE SÃO DOMINGOS E ADJACÊNCIAS

Flavio Sousa Nacimiento¹, Vicente Custódio Moreira de Souza², Marcos Benevides dos Guranys³

RESUMO: O significado da palavra restauração vai muito além de recuperar edificações antigas. O valor simbólico, histórico e cultural da restauração reacende a Memória de um país e valoriza a história daquele lugar e daquele povo.

Buscamos desenvolver este trabalho baseado nos inúmeros trabalhos de manutenção das identidades locais através da restauração de monumentos, bairros e até cidades inteiras realizados tanto em outros países, como no Brasil, principalmente nas cidades históricas.

O trabalho do Mapa Informativo do Bairro de São Domingos e Adjacências, é de grande importância, pois está contribuindo para o acúmulo de conhecimento nessa área, que proporcionará num futuro próximo, a realização de mapas da mesma natureza para áreas como centros de cidades históricas, que são mais complexas que a área de estudo. Um trabalho desse tipo é de grande importância, pois a propagação do conhecimento histórico desses lugares favorece o turismo cultural, permitindo que as prefeituras dessas cidades obtenham recursos que serão úteis na preservação e/ou restauração de bens tombados ou preservados e outros que possuam valor histórico ou cultural nessas áreas.

INTRODUÇÃO

Antigas residências tombadas mantêm viva a história de Niterói e possuem um grande valor histórico para a cidade. São casas que abrigaram famílias importantes e que hoje são utilizadas para diversos fins, como escolas, museus, organizações não governamentais, estabelecimentos comerciais, etc, que pertencem ao poder público, a instituições, ou permanecem com particulares. Tombar esses imóveis é importante na criação de marcos da cidade e sua preservação é obrigação histórica.

Berço da história de Niterói, o bairro antigo de São Domingos é hoje uma incógnita. Poucos ao redor da Praça Leoni Ramos, sua principal referência, sabem exatamente onde começa e onde termina. Espremido entre o Centro, Gragoatá, Ingá, Boa Viagem e a Baía de Guanabara, São Domingos, que já foi residência oficial do patriarca da Independência, José Bonifácio, parou completamente no tempo. Foi em São Domingos que a cidade surgiu em 1835, quando a Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de cidade com o nome de Nictheroy.

Os casarios do século XIX que restaram estão em péssimo estado de conservação e as casas mais recentes, já do primeiro quartel do século XX, estão bem estragadas e decadentes. São Domingos, que nunca recebeu tratamento paisagístico, transformou-se em um bairro de passagem, onde ônibus cruzam suas estreitas ruas e vielas.

A última grande obra feita no bairro, o Projeto Praia Grande, que previa um aterro com parque ajardinado à beira mar com um milhão de metros quadrados, não foi concluído. A Universidade Federal Fluminense ocupou o terreno cedido pelo Governo e vem agindo junto à comunidade local, através de alguns grupos de pesquisa, com a finalidade de concientizá-la quanto à importância histórica do bairro e a necessidade de sua preservação.

O tombamento de prédios históricos que pertencem a particulares, apesar de muito importante, nem sempre significa tranquilidade. Estes prédios necessitam de cuidados especiais e as reformas precisam de autorização e estudos que evitem a sua descaracterização, além de serem relativamente caras se comparadas a reformas de edifícios não tombados. Em função disso, alguns problemas podem surgir e, nesses casos, quem sofre são os imóveis e a história da cidade.

¹ Aluno de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, Bolsista do CNPq.

² Coordenador, Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, Pesquisador do CNPq.

³ M.Sc, Arquiteto, Bolsista do CNPq

ESTRUTURA URBANA E HISTÓRICO DO BAIRRO



Figura 1: Bairro de São Domingos

Área pertencente à Sesmaria dos Índios, São Domingos (Figura 1) foi ocupada de forma semelhante a outros locais da cidade. Nela o colonizador português se estabeleceu, chegando a existir no local propriedade agrícola com plantação de cana-de-açúcar e um engenho, além de uma capela, a atual Igreja de São Domingos.

A sua localização, próxima à cidade do Rio de Janeiro, e suas características geográficas naturais (fotos 1 e 2) – as praias tranquilas, a pequena planície entre os morros e o mar – favoreceram a ocupação e o aparecimento de um povoado em torno do largo de São Domingos, ainda no período colonial. Vários fatos contribuíram para esta ocupação, entre eles o porto de atracação e a visita de D. João VI.



Foto 1: Vista aérea de São Domingos



Foto 2: Vista aérea de São Domingos

Naquela época, o principal meio de transporte e comunicação entre os diferentes locais era o marítimo, e no litoral da Baía de Guanabara existiam diversas pontes de atracação. Do lado de cá da baía existiam pontes em São Domingos e Guaxindiba – São Gonçalo, de onde partiam os caminhos que conduziam ao interior.

Em 1816, D. João VI, acompanhado por outros membros da Corte, passou uma temporada em São Domingos. Para melhor abrigá-lo, um rico comerciante de escravos, proprietário de vários imóveis, presenteou o monarca com um casarão de três andares que passou a ser chamado de Palacete (Foto 3) – no largo de São Domingos. Esta visita de D. João VI foi fato marcante para o desenvolvimento de Niterói, facilitando o processo de elevação do povoado à condição de Vila Real.



Foto 3: Palacete D. João

O Álvaro Régio estabelecia que a sede da Vila deveria ser erguida “no lugar chamado de São Domingos da Praia Grande”. Em virtude do acanhado espaço do largo de São Domingos para erigir o Pelourinho (símbolo da autonomia), a Casa da Câmara e a Capela, a sede da Vila foi deslocada para outro local, o antigo Campo de Dona Helena, na parte voltada para a rua da Conceição.

Mesmo não tendo sido escolhido como sede da Vila, por todo o século XIX e início do século XX São Domingos continuou sendo um dos locais de maior significação da cidade de Niterói. Alguns fatos merecem ser destacados:

1º) os caminhos naturais têm seus antigos nomes referendados nos primeiros planos de urbanização da cidade (no início do Século XIX) sendo gradativamente arruados, pavimentados e iluminados, inicialmente a óleo de baleia. A estes foram acrescidas novas ruas, destacando-se a extensão da rua da Praia (Visconde do Rio Branco) ao longo do litoral, com o corte de morros, derrubada de imóveis, arruamento e construção do cais, que permitiram e facilitaram o deslocamento de pessoas e mercadorias. Transitavam também pelo bairro os bondes de tração animal e depois elétrica, nas suas rotas em direção ao Centro, Ingá, Icaraí, etc;

2º) com a criação do Município Neutro, Niterói passa a ser a nova capital da Província do Rio de Janeiro (1835). O lugar escolhido para abrigar os primeiros presidentes da Província foi o antigo Palacete;

3º) em torno do largo de São Domingos, atual praça Leoni Ramos, prédios residenciais foram construídos, abrigando o endereço de diversos nomes ilustres da Província. Também no bairro, considerado um subúrbio do Centro no Século XIX, estabeleceram-se negócios como armazéns de secos e molhados, farmácias (com médicos), armarinhos, colégios, hospital, hotéis e pensões, gráficas e outros;

4º) a regularização das comunicações entre o Rio e Niterói, necessária pelo grande movimento de passageiros e mercadorias, passou a existir através da concessão do serviço de navegação a particulares, que recorreram a barcos a vapor. Esses vapores atracavam para embarque e desembarque em São Domingos. As embarcações e os bondes funcionavam com horários sincronizados, para melhor atendimento aos usuários. Em São Domingos, a Companhia Cantareira possuía um estaleiro para reparos;

5º) já possuidor de uma feição residencial, companhias estrangeiras (inglesas e alemãs) estabelecidas no Rio de Janeiro escolheram São Domingos e os atuais bairros vizinhos como local de moradia de seus funcionários. Os estrangeiros introduziram novas práticas esportivas ligadas ao mar, especialmente o remo e a vela. Eles foram responsáveis pelo aparecimento de clubes como o Audax (remo) e o Iate Clube Brasileiro, o primeiro clube de vela do Brasil.

Com a expansão urbana em direção a outros pontos, principalmente à chamada “Zona Sul”, ocorreu uma certa estagnação no bairro, que atualmente apresenta sinais de reversão.

Alguns anos atrás, ao se passear por São Domingos a sensação que se tinha era de um lugar ainda agradável, mas parado no tempo, que não acompanhara a evolução que havia atingido o restante da cidade: Prédios antigos mal conservados e em ruínas, alguns transformados em cortiços; o estaleiro desativado e abandonado; a praça sem vida e precisando de conservação; o bonde, retirado de circulação, também já não passava mais por São Domingos.

A área mais próxima ao Centro e ao Ingá foi ocupada mais intensamente: casas e novos prédios começaram a surgir. As faculdades de Medicina – na rua Hernani Melo – e Odontologia – no Valonguinho – são implantadas, bem como o instituto Anatômico, no morro São João Batista, antecipando o futuro que viria caracterizar o bairro como sede de equipamentos de caráter sócio-educativo.

Na década de 70 uma obra prevista nos planos de urbanização é executada parcialmente, mudando inteiramente o litoral do bairro: é o Aterro Praia Grande (fotos 4 e 5). Desaparecem o antigo cais, as pontes de atracação (os barcos há muito tempo não paravam em São Domingos) e as praias. Concluída a obra, montes de pedras e terra impediam que se avistassem as agora distantes águas da baía. Só nos anos 80 e 90 foram ativadas a ocupação e urbanização das terras ganhas ao mar. Uma grande área é cedida à Universidade Federal Fluminense (UFF) e novos prédios da universidade são erguidos no aterrado, no Valonguinho e no morro de São João Batista. É construída a praça de eventos de São Domingos, com a Concha Acústica.



Foto 4: São Domingos antes do aterro



Foto 5: São Domingos após a construção do aterro

Todo esse processo de ocupação deixa evidentes três áreas no bairro:

1º) o entorno do antigo largo de São Domingos, atual praça Leoni Ramos. Casarões e antigos estabelecimentos são transformados em bares, restaurantes e livraria, tornando-se opção de lazer para boêmios e intelectuais, turistas, professores, funcionários e alunos da Universidade. Nesta área também funcionam tradicionais instituições de ensino;

2º) a parte interior do bairro, mais residencial;

3º) o aterrado, a parte mais nova, compreende além do campus da UFF, o CIEP Geraldo Reis e a Praça de Eventos. Nesta área observa-se ainda a fachada remanescente do antigo prédio dos estaleiros da Cia. Cantareira e Viação Fluminense, fachada de inegável valor histórico (Foto 4), onde se localiza a Estação Livre Cantareira, iniciativa do poder público, que se propõe a ser um shopping cultural.

O bairro de São Domingos, juntamente com Gragoatá e Boa Viagem, forma uma Área de Preservação Ambiental e Urbana (APAU) – definida como tal pelo Plano Diretor da cidade, lei nº 1157 de 29/12/92.

Para as APAUs já foram produzidos três decretos e uma lei que determina, por exemplo, as condições de ocupação e uso do solo, regulamenta a colocação de letreiro, cartazes e anúncios, bem como prevê a concessão de incentivos fiscais para conservação e manutenção dos imóveis de interesse histórico ou arquitetônico.

São Domingos respira história. Definido como lugar bucólico pelos seus moradores, o bairro abriga vários casarões tombados pelos patrimônios municipal, estadual e nacional. Antigamente, a realização de festas com a presença de personalidades da política e cultura nacionais era comum nestes lugares.

Além dos casarões, o bairro se orgulha de ter abrigado a primeira linha de bondes elétricos, em 1871. O itinerário era simples: ele saía da estação das Barcas, atravessava o Ingá e terminava nas proximidades do Morro do Cavalo, em Icaraí. Na mesma época, surgiu a Companhia Cantareira & Viação Fluminense. Em 1911, a companhia foi alienada a um sindicato estrangeiro que a explorou e levou à ruína. Hoje o local – tombado pelo município em 1992 – virou Estação Livre Cantareira, que acabou se tornando ponto de encontro dos universitários e jovens da cidade.

Outra construção tombada pelos Patrimônios municipal e estadual é a Casa da Quina (Foto 13), localizada na rua Coronel Tamarindo. Visitantes dos mais diferentes lugares admiram a pequena residência que possui arquitetura em diagonal. Na mesma rua fica o Castelhinho do Gragoatá (Foto 12). Tombado pela lei municipal em outubro de 1993, ele ainda alimenta os sonhos de infância de crianças e adultos que contemplam sua fachada de castelo de conto de fadas.

A Universidade Federal Fluminense também possui em São Domingos um prédio tombado pelo município, a Escola de Arquitetura (Foto 16), na rua Passo da Pátria. Outros imóveis tombados pelo município são a Igreja de São Domingos (Foto 6) e a Loja Maçônica Acácia. Apesar de sua beleza, a igreja – localizada na rua Alexandre Moura – quase passa despercebida pelos carros que trafegam em direção à Boa Viagem.

EDIFICAÇÕES DE VALOR HISTÓRICO OU ARQUITETÔNICO

As edificações foram selecionadas pelo seu valor para a história do bairro, ou pelo seu valor arquitetônico, bem como pelo fato de ter sido tombada ou não, fato que atesta o seu valor histórico e arquitetônico.

Igreja de São Domingos de Gusmão



Foto 6: Igreja de São Domingos de Gusmão

A capela primitiva, dedicada a São Domingos de Gusmão, foi construída antes de fevereiro de 1652, no interior da fazenda de açúcar de Violante do Céu Soares Souza – descendente e herdeira de Araribóia – e seu marido Domingos Araújo. O templo foi administrado pela família até 1740, quando o filho do casal, Francisco de Araújo Soares, transferiu a administração para Joaquim Álvares.

O templo foi remodelado por moradores locais em 1842, e em 1872 foi novamente reformado. Bastante danificada, a igreja começou a ser reconstruída a partir de 1897, segundo projeto do arquiteto Bianor de Mendonça, e finalizada em 1901. Em 1907 a nova edificação passou por grande reforma, quando foram realizados alguns acréscimos na lateral direita e nos fundos. A caracterização atual da igreja decorre dessa reforma. Em 1938 uma nova reforma substituiu o piso de madeira por granito e mármore. Em maio de 1929 foi criada a paróquia de São Domingos por D. José Pereira Alves.

O templo atual (Foto 6) possui nave única com capela-mor mais estreita e sacristia lateral. Junto à entrada principal ficam o batistério e o acesso para o coro e a torre. Na nave há quatro altares laterais dedicados ao Sagrado Coração de Jesus, São José, Santa Terezinha e Nossa Senhora da Conceição. A ornamentação interna é caracteristicamente eclética, com influências da linguagem neobarroca, neoromânica e neogótica. O paravento, em frente à porta principal, é composto por um vitral com a imagem de São Domingos e Nossa Senhora do Rosário. Na fachada principal, o campanário único define o eixo de simetria com aberturas em arco pleno. A Prefeitura Municipal tombou o imóvel em 27 de dezembro de 1955, pela Lei nº 1.478, considerando seu valor como marco histórico, urbanístico e afetivo da cidade.

As principais patologias encontradas são descolamento e bolhas na pintura em virtude de infiltração e umidade no teto do altar, descolamento da pintura em muitos pontos das alvenarias da nave, fissura na quina de uma das capelas laterais, provavelmente em virtude de estufamento do substrato, deslocamento do reboco, desgaste dos degraus de pedra da escada de acesso, descolamento da pintura da fachada e ataque biológico da fachada.

Cantareira



Foto 7: Portal da Cantareira

Niterói e adjacências tiveram sua ocupação em boa parte relacionada à construção de embarcações, em virtude do fato de ser a margem oriental da Baía de Guanabara tradicionalmente ligada à trajetória das atividades pesqueiras, de navegação e de construção naval desde o século XVII.

A Companhia Cantareira & Viação Fluminense, fundada em 1889, concessionária do transporte por barcas, construiu oficinas em terreno, hoje, fronteiro ao campus do Gragoatá, no bairro de São Domingos, congregando capitais nacionais e ingleses.

A CCVF administrou o sistema de bondes elétricos e as barcas. Foi a responsável pela ampliação e modernização do serviço de barcas, investiu, em 1908, na construção de duas suntuosas estações de passageiros na praça XV de Novembro e na praça Martim Afonso, respectivamente no Rio de Janeiro e em Niterói, além de armazéns de cargas, estaleiros, e novas embarcações.

Em 1906, a Companhia Cantareira inaugurou no bairro São Domingos os Estaleiros & Oficinas “Rodrigues Alves”, centro de construção naval, onde foram construídas barcas genuinamente brasileiras. A partir de 1890, por uma década, a Companhia Cantareira obteve o monopólio da travessia marítima. Contudo, a Revolta da Armada trouxe grandes prejuízos, resultando na falência da empresa.

A situação foi resolvida quando seu maior acionista, o Visconde de Moraes, foi escolhido presidente e deu início a uma fase de inovações e melhoramentos. Foi neste contexto de “modernizações” que se inaugurou o “Estaleiro e Oficina da Cia. da Cantareira”. Ele serviu, durante muitos anos, para fazer consertos e reparos das embarcações.

Em 1954, o monopólio de transporte passou às mãos do Grupo Carreteiro. A empresa mantinha baixo padrão de serviços oferecidos, enquanto as tarifas não paravam de subir. A insatisfação popular aumentava a cada dia, até que, em 22 de maio de 1959, houve uma grande revolta popular, incendiando-se a Estação Cantareira e seus anexos.

O “Portal da Cantareira” (Foto 7) é a denominação usada atualmente para designar as fachadas remanescentes do antigo Estaleiro da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, denominado “Oficinas Rodrigues Alves”.

A Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro, em 1994, cedeu o imóvel à Prefeitura de Niterói, sob forma de comodato, com a finalidade de ser instalado um centro de atividades culturais permanentes e eventos programados.

O Portal da Cantareira é composto por três fachadas em alvenaria de tijolo maciço, com revestimento de argamassa à maneira “estereotômica” - corte para encaixe de pedra - , e seu frontispício é fortemente marcado pela simetria, com um corpo central de dois andares encimado por um frontão de inspiração livre, com escultura “alegórica” em concreto armado. Neste corpo central abrem-se dois vãos de janelas no piso superior e um vão mais amplo no térreo. Esta parte central é destacada do restante da composição linear: dois lados dotados de tramos com janela em arco pleno no primeiro andar e de janela retangular no segundo andar.

A Prefeitura Municipal de Niterói tombou o bem, através da Lei nº 1063, de 6 de maio de 1992.

As principais patologias encontradas atualmente na edificação são corrosão das peças metálicas da antiga estrutura que suportava o telhado (Foto 8), degradação e descolamento da pintura, deslocamento do reboco, devido à umidade, mofo, bolor e fungos, degradação da argamassa de revestimento por ataque biológico, rompimento da parte central de um arco pleno (Foto 9), desabamento de partes da alvenaria e degradação do madeiramento que acompanha a estrutura metálica que suportava o telhado, por ataque de cupins e pela umidade.



Foto 8: Corrosão das peças metálicas



Foto 9: rompimento de arco pleno

Sobrados à praça Leoni Ramos



Foto 10: Sobrados à praça Leoni Ramos

Foi uma das áreas mais aristocráticas da Imperial Cidade de Niterói - o Largo de São Domingos. Considerado um dos mais expressivos conjuntos urbanísticos do bairro histórico de São Domingos, o 1,3 e 5 é constituído por um casario de característica plural (Foto 10), com edifícios ecléticos, sobrados novecentistas e exemplares inspirados no “art déco”, formando um gracioso ambiente urbano que inclui a praça Leoni Ramos.

Característicos de meados do século XIX, estes imóveis formam um conjunto relevante no bairro de São Domingos. Eles fazem parte de um período no qual o local mantinha status aristocrático. O conjunto foi tombado, pela Prefeitura Municipal como patrimônio cultural da cidade e como testemunho dessa época gloriosa.

Nestes edifícios, hoje, estão instalados restaurantes. Estes sobrados são muito importantes para a cidade, mas sofreram grande descaracterização. Foram utilizados nestes imóveis, de forma ilegal, letreiros e coberturas que avançam sobre a calçada, aumentando a área de ocupação para mesas. As cores aplicadas não combinam com as características do período neoclássico ao qual pertencem.

Testemunho de uma época de fausto daquele bairro histórico, os imóveis foram tombados pela Prefeitura Municipal através da Lei nº 1.507, de 21 de maio de 1966.

Além dos acréscimos que descaracterizaram os prédios, as principais patologias são degradação do reboco por umidade, descolamento da pintura, telhado danificado, com telhas quebradas e esquadrias danificadas, com partes faltantes. Internamente não foi possível detectar patologias, por se tratarem de edifícios de uso comercial (restaurantes) que apresentam pintura recente.

Busto de D. Pedro II



Foto 11: Busto de D. Pedro II

A pedra fundamental do monumento foi assentada, no antigo Largo de São Domingos, atual praça Leoni Ramos, em 03 de dezembro de 1925. A inauguração ocorreu a 13 de dezembro do mesmo ano, estando presentes o Governador Feliciano Sodré e o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança. O busto de D. Pedro II, fundido em 1920, no Rio de Janeiro, é de autoria e confecção do artista Ugo Taoldei.

Adquirido em 1925, pela Associação Comercial, foi oferecido à cidade de Niterói para comemorar o centenário de nascimento do Imperador Dom Pedro II, que não poderia jamais imaginar tanta magia e superstição no olhar cravado no rosto de um de seus bustos, representativo de sua meiga austeridade. Ele é moldado em bronze (Foto11), apoiado numa esfera armilar giratória – esfera apoiada em jogo de esferas -, com base de granito bruto em torno do busto. Sobre ele existem várias lendas. Uma delas diz que o azar persegue a casa dos moradores para onde o rosto do Imperador amanhece virado, e a figura sisuda do monarca já levou muita gente a crer nesta maldição.

A ele são atribuídos o incêndio das oficinas da Cantareira, o falecimento de moradores e a falência de algumas casas de negócios que rodeavam a praça. Como ninguém deseja ser vítima do agouro da estátua, de vez em quando a imagem amanhece “admirando” um outro imóvel. A má fama da estátua surgiu logo depois de sua inauguração, por volta da década de 40, quando uma barca da Cantareira afundou, matando dezenas

de passageiros. Depois disso, várias coincidências ao longo dos anos fizeram crescer a fama da maldição da estátua.

Castelinho do Gragoatá



Foto 12 : Castelinho do Gragoatá

Construído na década de 30 para residência da família Amorim da Cruz, o sobrado de edificação eclética, é popularmente conhecido como "Castelinho" (Foto 12). Exemplar típico de residência burguesa, demonstra a fantasia e liberdade de criação, que se somaram às técnicas inovadoras das construções da época. É uma casa de dois pavimentos com aproveitamento de sótão, possuindo planta com predominância da forma em "T". Mistura elementos ingleses, normandos e bávaros, comuns no período em que foi construída.

As técnicas construtivas utilizadas, tais como alvenaria de pedra bruta, alvenaria de pedra aparelhada e tijolos aparentes, fazem do "Castelinho" do Gragoatá uma construção aberta, lúdica, de arquitetura não purista, tornando presente a "fantasia". A cobertura original, em escamas de folhas de Flandres, do torreão, foi imprópriamente substituída por fibra de vidro translúcido. A escultura colocada na parte superior da fachada principal, na qual se vê a figura de um homem com cachorro, dá à casa um toque expressionista. Inicialmente edificado à beira-mar, ficou afastando do litoral em consequência dos aterros.

A obra terminou em 1937, sofrendo uma reforma na década de 40. Posteriormente, passou por transformações internas e externas, mas não perdeu suas principais características arquitetônicas. Já abrigou diversos estabelecimentos comerciais. Hoje está fechada e à venda pelos atuais proprietários. "Por ter grande rotatividade, o estado de conservação é bom, apesar de já ter sofrido várias reformas".

Em 7 de outubro de 1993 foi tombado pela Prefeitura Municipal, através da Lei nº 1.227, como remanescente dos prédios mais significativos do bairro do Gragoatá.

No que se refere a patologias, não foi possível ter acesso, por se tratar de residência particular. Externamente não possui patologias aparentes, pois passou por reforma recentemente, com pintura das fachadas e troca de telhas danificadas. O muro de pedra não possui patologias, apenas incrustação de sujeira.

Casa da Quina



Foto 13: Casa da Quina

No Gragoatá, exemplar arquitetônico digno de nota é a Casa da Quina (Foto 13), projeto do italiano Antônio Virzi, feito em 1929. Como no caso do Castelinho, situava-se de frente para a praia e à beira mar, depois, o aterro do Gragoatá fez com que a casa e a rua ficassem longe do mar.

A casa é composta de elementos de arquitetura dos chalés, com telhados íngremes de telhas francesas, concebido com linhas assimétricas e ambientes irregulares. Supostamente diminuta externamente, a casa mostra, logo à entrada, uma admirável reunião de "vitraux". É invadida pela iluminação natural por diversos vãos, ficando sempre iluminada. A divisão dos espaços internos é definida por colunas, arcos e diferentes níveis. É classificada como detentora de um programa arquitetônico moderno, acima de tudo na forma e

detalhes – atribuídos à influência do arquiteto americano Frank Lloyd Wrieth, que projetava de dentro para fora.

Numa residência de programa modesto, os detalhes são perceptíveis na articulação de espaços e volumes de pequena dimensão. A implantação especial do imóvel atende ao programa estabelecido pelo proprietário, Gil Brás de Santilhana, que quis um projeto de casa baseado no desenho triangular, harmonizado com o logotipo da fábrica de elevadores "Excelsior", da qual era um dos donos. Após a morte do empresário, a Casa da Quina passou para as mãos dos herdeiros da família que sustentaram seu caráter residencial, impedindo sua descaracterização. Sua conservação vem sendo feita pela sua proprietária atual.

O tombamento deste imóvel pode ser justificado por suas características arquitetônicas peculiares, sendo um dos poucos prédios não demolidos daquele arquiteto italiano, que veio para o Rio de Janeiro em 1910 e faleceu em São Paulo, em 1954. O INEPAC tombou o prédio em 06/09/1990, através do processo E-03/300.839/88. Posteriormente, a Prefeitura Municipal de Niterói, reiterando o procedimento estadual, tombou o imóvel, com o Decreto nº 6.540, de 30 de dezembro de 1992.

Não foi possível ter acesso por se tratar de edificação de uso residencial. As patologias observadas externamente são peças de madeira apodrecidas, mofo bolor e fungos, fissura em uma peça do frontão, estufamento do reboco, devido à umidade e descolamento da pintura.

Forte do Gragoatá



Foto 14: Forte do Gragoatá

Não existe uma data que defina a construção do Forte do Gragoatá (Foto 14). Entretanto, em 17 de novembro de 1698 Pedro Gomes de Barros recebeu o pagamento através de uma Carta Régia que considerou as obras malfeitas, tendo em 1701 o vice-rei acionado os empreiteiros por “falsificação das obras que haviam feito”.

Este forte, juntamente com o Forte da Boa Viagem e o Forte de Villegaignon, deveria defender, cruzando artilharia, a entrada da baía de Guanabara. Desarmado em 1710, não suportou a invasão promovida por Duguay -Trouin, em 1711. Depois deste fato, recebeu novo armamento, ficando ora guarnecido pela artilharia, ora abandonado por longos tempos. Somente durante a "Questão Christie", no século XIX, foi reaparelhado e reformado, deixando-o com a aparência atual. No início da República seria novamente armado, temendo-se a restauração da monarquia recém-deposta. Em 1952 o forte foi sede provisória da seção fluminense da Colméia de Pintores do Brasil, fundada por Levino Fânzeres. Hoje, o forte é sede da IIª Brigada de Infantaria.

Tendo em vista a importância histórica e arquitetônica, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – tombou a fortificação através dos processos nºs. 101-T e 155-T, inscrição nº 51, Livro Histórico, fls. 10, e inscrição nº 100, Livro Belas Artes, fls. 18, em 24 de maio de 1938.

Não foi possível obter acesso ao forte. Externamente não se observou nenhuma patologia aparente, já que o mesmo é mantido pintado e a pintura pode esconder as patologias que possam vir a existir.

Ilha da Boa Viagem



Foto 15: Ilha da Boa Viagem

A Ilha da Boa Viagem (Foto 15), marco natural e histórico de Niterói, está situada na costa leste da baía de Guanabara, ligando-se ao continente por uma ponte de concreto. Com uma área de 25.270 metros quadrados, o complexo arquitetônico é composto por uma capela do século XVII e pelas ruínas de um fortim. Aos edifícios seculares vieram reunir-se, em época recente, mais duas edificações. No que se refere à história da ilha, o primeiro registro cartográfico conhecido é a carta holandesa de Dierick Ruiters, datada de 1618. Ela pertence a um contexto da colonização da América Portuguesa, onde o ato de fortificar os pontos estratégicos assumiu uma importância fundamental para salvaguardar o controle do território pela Coroa Portuguesa.

Na capela, os devotos de Nossa Senhora da Boa Viagem mantêm uma tradição, há mais de meio século, em Niterói: No quarto domingo de cada mês, os portões da ilha – à espera de recuperação –, que leva o nome da santa, são abertos aos visitantes. A ponte que dá acesso ao portão principal foi totalmente recuperada. Há dois caminhos até a igrejinha: uma escada íngreme de concreto e outra de pedras, mais longa. Chegando à legendaria capela, erguida em 1650, no terraço mais elevado da ilha, por ordem do fidalgo português Diogo Carvalho de Fontoura, os visitantes poderão conhecer as instalações que resistem ao tempo e à ação humana. A capela teve o telhado recuperado recentemente, mas o prédio ainda guarda traços de época. Desde a construção, a igreja sofreu avarias. As maiores foram em 1711, na invasão dos franceses e, em 1893, na revolta da Armada. A capela também resistiu a dois incêndios. Antes da extinção de uma ponte que servia de ancoradouro para a ilha, pescadores promoviam procissões marítimas que percorriam as principais praias da região.

Escola de Arquitetura



Foto 16: Chalé da Arquitetura

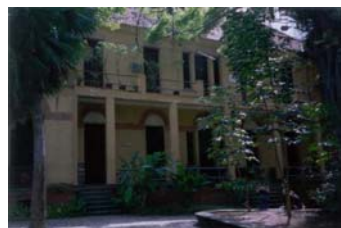


Foto 17: Casarão da Arquitetura

Concebidos em diferentes épocas e com diferentes finalidades a Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF funciona em dois prédios conhecidos como "Chalet" (Foto 16) e "Casarão" (Foto 17). Essas edificações são do século passado, tendo sido o "chalet" construído pelo português Francisco Manuel da Silva Rocha, em 1888. O proprietário vendeu a chácara com uma única construção, o "chalet", em 1917, à companhia inglesa Western Telegraph, que, em seguida, necessitando abrigar seus funcionários e criar espaço para seus laboratórios, edificou, em 1920, o "casarão". O local passou a ser conhecido como "Chácara dos ingleses".

A Western Telegraph vendeu, em 1943, o terreno com as benfeitorias para a Companhia de Melhoramentos de Niterói. A chácara passou, em 1947, para a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, através de ação de doação. Em 1956, os prédios passam a ser utilizados pelo Serviço de Águas e Esgotos da Prefeitura Municipal, e é neste período que começa a ocupação dos imóveis pela Escola Fluminense de Engenharia. Em 1957, a Escola foi federalizada e incorporada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, atual UFF. Em 1975, o Chalet e o Casarão passaram a ser utilizados pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo.

O Chalet é um exemplar de moradia em estilo romântico, o qual se encontrava em voga no Brasil, no terceiro quartel do Século XIX. Possui a fachada avarandada, encimada por frontão triangular ornamentado com lambrequins de madeira e rendilhado de ferro. Construtivamente, a edificação apresenta técnica tradicional das espessas paredes de alvenaria, mesclando-a com estruturas de ferro fundido na varanda,

apresentando acabamentos de cantaria nas cercaduras dos vãos e, ainda, assoalhos e forros em pinho de Riga. No entanto, nas várias reformas realizadas, posteriormente, boa parte do assoalho foi substituída por cimentado, e seu espaço interno perdeu muito da sua forma original.

As principais patologias encontradas no chalé são a corrosão das peças em ferro; fissura no piso da varanda por recalque; infiltração pelo telhado e forro; descolamento da pintura do forro; degradação da argamassa de revestimento por ataque biológico; degradação do lambrequim de madeira do telhado; degradação e descolamento da pintura; mofo bolor e fungos.

O Casarão revela, na austeridade da composição e na simplicidade da organização espacial, a praticidade de sua função original, temperada por detalhes ornamentais que denunciam a origem inglesa do projeto. Sucessivas reformas executadas em épocas distintas retiraram do Casarão sua varanda original, substituída por outra em concreto armado. Internamente, algumas paredes divisórias também foram removidas.

Em 18 de dezembro de 1978, tais edificações foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC - através do processo E-03/34562/78. A Prefeitura Municipal de Niterói, reiterando a importância desses prédios como exemplares de grande valor arquitetônico para a cidade, tombou-os pelo Decreto nº 6.203, em 8 de outubro de 1991.

Casarão à rua General Osório 59



Foto 18: Casarão à rua General Osório 59 no início do Século XX



Foto 19: Casarão à rua General Osório 59

A história da casa se inicia antes de 1891. Seu proprietário, até esta data, era o Sr. Joaquim José Dias Fernandes, e o documento mais antigo a que podemos nos reportar é o documento de partilha de bens, quando de sua morte, datado de 04 de agosto de 1891, onde ele deixou a casa como herança para seus filhos Adelaide Ermelinda de Freitas Fernandes, Maria Adelaide de Freitas Fernandes e Paulo Joaquim Fernandes e esposa (Elisa Levy Fernandes), que passaram a ser os proprietários. Durante o período em que estes três irmãos eram os proprietários, ou seja, até 16 de junho de 1897, quando o imóvel foi vendido ao Sr. João Francisco de Azevedo, o que se tem notícia é de que o imóvel (foto 16) abrigou uma Farmácia e uma Agência de Correios para venda de selos.

O casarão (Foto 17), que tem hoje o número 59 (já teve os números 12 e 33) da Rua General Osório, no Bairro de São Domingos, em Niterói, teve uso residencial durante muitos anos, ocupado pela família do Sr. João Francisco. Posteriormente, a família, já reduzida, mudou-se para uma outra casa menor na mesma rua, alugando o casarão inicialmente para a Prefeitura, que fez dele um clube social, o Clube Municipal, e posteriormente para o Governo Estadual, que ali estabeleceu o Controle Médico do bairro, para atender a comunidade.

Em 01 de agosto de 1950 o Estado desapropriou o imóvel. Daí para a frente, ele abrigou atividades diversas, como foi o caso de cursos profissionalizantes para adolescentes da comunidade, atividades recreativas, etc. Em 1981 passou a funcionar ali a CRACEF - Cruzada de Amparo ao Cego Fluminense, que, além de dar apoio, em termos de ações preventivas, aos deficientes visuais do Bairro de São Domingos e das áreas vizinhas, oferecia diversos cursos, como de digitação, todos voltados para a profissionalização de cegos. Também atuou oferecendo serviços de creche, que se prestava não só a crianças portadoras de deficiência visual, mas a todas da comunidade.

Desde que foi instituída, a CRACEF utiliza o casarão sob o sistema de comodato, isto é, o Governo do Estado permite seu uso pela instituição, mas não fornece nada que possibilite a manutenção do imóvel, sendo qualquer obra de responsabilidade da instituição.

Com tanta história vivida, o Casarão da Rua General Osório 59 foi decretado imóvel de interesse para preservação pelo Patrimônio Histórico Municipal em 20 de Novembro de 1995. Durante os diversos usos ele sofreu algumas reformas internas e externas que o descaracterizaram.

As principais patologias encontradas atualmente na edificação são a degradação e descolamento da pintura; bolhas na pintura; baixa cobertura de tinta; mofo, bolor e fungos; degradação da argamassa de revestimento por ataque biológico; corrosão das armaduras, que estão expostas, no trecho do anexo, mais

recente, com estrutura em concreto armado; e degradação do madeiramento do telhado, causada pelo ataque de cupins.

SOLUÇÃO PARA AS PATOLOGIA MAIS COMUMENTE ENCONTRADAS NAS EDIFICAÇÕES

Analisando-se as patologias encontradas, constatou-se que muitas delas se repetem na maioria das edificações. As mais comumente encontradas estão enumeradas abaixo, com suas devidas soluções:

- desagregação e descolamento da pintura – raspar ou escovar a superfície até a remoção total das partes soltas ou mal aderidas; aplicar uma ou duas demãos de fundo preparador diluído em aguarrás na proporção 2:1; aplicar acabamento;
- bolhas na pintura – remoção das partes afetadas; aplicação de uma demão de fundo preparador de paredes diluído em aguarrás na proporção 2;1; correção das imperfeições com massa acrílica ou PVA, dependendo da pintura, e aplicação de acabamento;
- degradação de madeira por ataque de cupins ou apodrecimento– no caso do casarão à rua General Osório 59, todo o madeiramento do telhado deve ser substituído, obedecendo as dimensões anteriores e a solução estrutural original. O madeiramento deve ser imunizado e impermeabilizado para evitar o apodrecimento e proteger as peças. No caso de esquadrias, estas devem ser recuperadas quando possível, ou substituídas. Da mesma forma, deve ser imunizado e impermeabilizado para evitar o apodrecimento e proteger as peças. Em outras edificações este ponto deve ser abordado de maneira individualizada;
- mofo, bolor e fungos – lavar toda a área com escova de nylon ou pano, com uma solução de água com hipoclorito de sódio (cloro), na proporção 1;1 (esta solução pode ser substituída por água sanitária); deixar a solução agir por 15 minutos; enxaguar com água em abundância, a fim de eliminar vestígios de cloro; deixar secar e repintar;
- corrosão nas armaduras em estruturas de concreto – descobrir as barras da armadura, por apicamento; remover a corrosão das barras com escova de aço; proteger as peças com aplicação de pintura anticorrosiva; reconstituir o cobrimento com argamassa de cimento e areia ou grout de base mineral;
- corrosão em peças metálicas – remover a corrosão das peças com escova de aço; proteger as armaduras com aplicação de pintura anticorrosiva; refazer a pintura, quando for o caso;
- degradação da argamassa de revestimento por ataque biológico – toda a argamassa de revestimento deteriorada e com matéria orgânica deve ser retirada e substituída por uma nova argamassa. Dependendo da edificação, é necessário se utilizar técnicas retrospectivas para determinar o traço da argamassa original utilizada;
- desabamento de alvenarias – encontradas principalmente no caso da Cantareira, devem ser apenas consolidada, nunca refeita, por se tratar de uma ruína, que possui características, no que se refere à restauração, bastante peculiares.

CONCLUSÕES

Por meio da análise da história do bairro de São Domingos e por consequência de suas edificações mais importantes, foi possível concluir que a degradação acontece de maneira mais acelerada principalmente nos imóveis pertencentes ao poder público, pois os mesmos não sofrem manutenção constante. A exceção se dá na primeira área identificada no histórico, a do entorno do antigo largo de São Domingos, atual praça Leoni Ramos, pelo fato de antigos casarões serem transformados em bares e restaurantes, devido à presença do Campus do Gragoatá. Essa mudança de uso, por não obedecer nenhum tipo de regra, que deveria partir da Prefeitura, através da Secretaria de Cultura, acaba por descaracterizar esses imóveis de grande valor histórico, não só para o bairro de São Domingos, como para a cidade de Niterói como um todo.

O grande fator de mudança no bairro, aliás, foi a implantação dos campus da UFF, do Gragoatá e da Praia Vermelha, que fizeram com que um bairro residencial como São Domingos passasse a ter uma população móvel maior que a sua população residente, fato que o torna bastante peculiar e merecedor de maiores estudos.

É necessário que se faça maiores estudos de cada edificação isolada, que permita a elaboração de projetos de restauração para essas edificações, e também efetuar um planejamento global do bairro para que se reverta esse quadro de descaracterização de suas edificações de maior valor histórico.

AGRADECIMENTOS

Os autores do artigo agradecem a Viviane Souza Valle Cardoso pela colaboração na análise das patologias nas edificações e a João Brancoli por ceder seu ultra-leve para fazer as fotografias aéreas do bairro.

REFERÊNCIAS

- Comissao Directora 4º Centenario de Niterói. (1973). Niterói 400 anos, Jornal O Fluminense, Niterói, Brasil.
- Jornal Do Brasil.(1988). São Domingos vive apenas de charme e lendas, pg.16, 04/09/88, Rio de Janeiro,Brasil.
- Machado, J.M. (1988). “Sintomatologia de Edificios Antigos”, Dissertação de Mestrado, Orient. Vicente C. M. de Souza, UFF.
- Nascimento, F. S., Salles, M. T., Affonso, L. T., DE Souza, V. C. M., Estruturas Antigas x Estruturas Novas sob a Ação de Agentes Agressores: As Evidências de um Caso, *Anais, 2º Congresso Internacional Sobre o Comportamento de Estruturas Danificadas*, 9 páginas, Rio de Janeiro,Brasil.
- Nacimineto, F.S., Cardoso, V.V.S. (2000).“Restauração e Requalificação de Casario do Século XIX, Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcelos Torres, Niterói,Brasil.
- Neto, M. F., De Souza, V. C. M., O Bairro de São Domingos em Niterói, Brasil – Proposta de Construção de uma Nova Identidade, *Anais, Congreso Internacional de Estudios Sobre La Imagen: La Imagen Em El Arte Cuernavaca*, 19 páginas, Morelos, México.
- Niterói – Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural – Departamento de Preservação e Reabilitação –Departamento da Memória Cultural.
- Prefeitura Municipal de Niterói.(1996). Niterói bairros, Niterói, Brasil.

